

A PREOCUPAÇÃO NA FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS ALUNOS DO CFP DE 2010 A 2017 E SEUS REFLEXOS NO PROCEDIMENTO DE ABORDAGEM

CONCERNING THE INTELLECTUAL TRAINING OF STUDENTS OF THE CFP FROM 2010 TO 2017 AND ITS REFLECTIONS IN THE APPROACH PROCEDURE

SILVA, Iago Henrique Costa¹
COSTA, Vinícius Rodrigues da²

RESUMO

O objetivo principal deste artigo consiste em discorrer sobre as novas ações da APM, e os objetivos específicos são: conhecer a Academia de Polícia Militar, investigar as mudanças ocorridas desde o surgimento das mesmas e analisar de que modo tais mudanças contribuem para o desenvolvimento do Estado. Considerando que não existem muitas abordagens sobre essa temática, a metodologia utilizada neste estudo pode ser considerada como uma pesquisa bibliográfica exploratória, realizada também através de pesquisa de campo e questionário com perguntas abertas, como forma de estimular uma melhor compreensão. O questionário foi aplicado por e-mail, através das perguntas procurou-se identificar variáveis como a metodologia atual aplicada na formação dos novos soldados praças, a estrutura geral a APM e o pensamento dos alunos em relação à nova atualização. Os entrevistados foram dois alunos soldados da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, aprovados neste último concurso de 2017. Os resultados demonstram que desse modo fica evidente que a Gestão Pública tem se esforçado constantemente para oferecer uma melhor qualificação para a sociedade e relacionando com as novas ações instituídas para formar os novos policiais, formando policiais capacitados estará satisfazendo os interesses da sociedade. É possível concluir que as novas ações da academia podem ser consideradas pontos positivos, uma vez mudando o método passado para os novos policiais, estarão mudando aos poucos a visão que a sociedade tem da Polícia Militar em relação aos medos de opressão entre outros.

Palavras- Chave: Academia de Polícia Militar. Desenvolvimento do Estado. Metodologia Atual. Formação Novos Soldados e Praças. Estado de Goiás.

ABSTRACT

The main objective of this article is to discuss the new actions of APM, and the specific objectives are: to know the Military Police Academy, to investigate the changes that have taken place since the emergence of the same, and to analyze how these changes contribute to the development of the State. Considering that there are not many approaches on this subject, the methodology used in this study can be considered as an exploratory bibliographical research, also carried out through field research and a questionnaire with open questions, as a way of

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças - CFP do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, iago-just@hotmail.com, Goiânia-GO, Julho de 2018.

² Orientador: Mestre, Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Extensão e Pesquisa do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, viniciusdacostapm@gmail.com; Julho de 2018.

stimulating a better understanding. The questionnaire was applied by email, through the questions sought to identify variables such as the current methodology applied in the training of new soldiers squares, the general structure of APM and the students' thinking about the new update. The interviewees were two students of the Military Police Academy of the State of Goiás, approved in this last contest of 2017. The results demonstrate that in this way it is evident that the Public Management has been constantly striving to offer a better qualification for the society and relating with the new actions instituted to train the new police, forming trained police officers will be satisfying the interests of society. It is possible to conclude that the new actions of the academy can be considered positive points, once changing the method passed to the new police, will be changing little the society's view of the Military Police in relation to the fears of oppression among others.

Keywords: Military Police Academy. Development of the State. Current Methodology. New Soldiers and Squares Training. Goiás state.

1 INTRODUÇÃO

Constantemente a Polícia Militar preocupa-se com possíveis medidas em relação à solução da criminalidade, uma das suas novas estratégias consiste em tratar o problema através dos policiais que exercem tais atividades, na formação dos mesmos, formando-os e ensinando-os uma nova filosofia intelectual em relação ao tratamento que a Polícia oferece aos cidadãos.

Este artigo apresenta estudos sobre A Preocupação na Formação Intelectual dos Alunos do Curso de Formação de Praças do ano de 2010 a 2017 e seus Reflexos no Procedimento de Abordagem, trazendo a nova metodologia aplicada aos cursos de formação de policiais dentro do Estado de Goiás.

Trazendo à luz esse assunto, surge uma indagação sobre quais os reflexos que essas novas ações da Academia de Polícia Militar estão causando nos alunos e quais as perspectivas dos mesmos em relação a elas?

Para responder tal questionamento, torna-se importante o esclarecimento dos objetivos desse estudo. O objetivo principal consiste em discorrer sobre as novas ações da APM, e os objetivos específicos são: conhecer a Academia de Polícia Militar, investigar as mudanças ocorridas desde o surgimento das mesmas e analisar de que modo tais mudanças contribuem para o desenvolvimento do Estado.

A escolha desse tema se deu, principalmente, por considerar um assunto importante e de pouca abordagem, sendo de suma importância para Polícia Militar, como forma de conhecimento e reconhecimento de suas novas ações na formação de novos policiais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DA POLÍCIA MILITAR

A história da Polícia Militar acaba se confundindo com a história do Brasil, principalmente, porque todos os fatos relevantes da sociedade brasileira, a Polícia Militar participou direta ou indiretamente, auxiliando ou protagonizando determinadas histórias, entre elas a Revolução de 1924 e a Revolução de 1932.

Para que a história da PM seja analisada e conhecida na sua inserção na história do Brasil, é importante lembrar que a história brasileira pode ser segmentada, ou seja, dividida por períodos.

O primeiro período se refere ao descobrimento do Brasil em 1500 até a proclamação da Independência em 1822, esse período é conhecido como período colonial, Brasil Colônia, quando a família real chega e faz necessária uma organização militar, na intenção de assegurar a proteção.

Nesse sentido, Cerqueira (2009, 42) diz que: “Com a vinda da família real para o Brasil, tornou-se necessária uma organização militar para a proteção do território e da nobreza, instituindo-se, assim, o primeiro grupo militar do Brasil-Colônia: O Exército real formado por oficiais portugueses e praças brasileiros”.

A partir de 1822 até 1889, surge o chamado Primeiro Império, da proclamação da Independência até a proclamação da República em 1889. O período Imperial pode ser dividido em três partes: Primeiro Império, Segundo Império e República.

No Primeiro Império: Dom Pedro se torna Imperador com a proclamação da Independência até a sua abdicação em 1831. De 1831 até 1840 surge o Período Regencial, é nesse período que a PM nasce com outra roupagem, outro nome, como Guarda Municipal Permanente, mas ela nasce em 1931.

No Segundo Império: A partir de 1840 até a proclamação da República em 1889, nasce a partir do momento que Dom Pedro II, filho de Dom Pedro I, é proclamado Imperador do Brasil, com apenas quinze anos de idade.

República: A partir de 1889 até 1930, a chamada Primeira República, que acabou após a Revolução de 1930 e a partir dela se deu o período Getulista, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência até 1946, com o chamado Primeiro Governo Vargas, um governo mais voltado para as teorias fascistas e nazistas que até então imperavam na época.

Em 1946 Getúlio Vargas é deposto, após o fim da Segunda Guerra Mundial (em 1945). Começa então a Democratização do País até o ano de 1964. E, a partir de 1964 até 1985, ocorre a ditadura militar, ou o período militar, e de 1985 até então o período de Redemocratização.

Logo são, basicamente, estas fases do Brasil que a PM é inserida em cada fase, especialmente no seu nascedouro que, efetivamente, se dá no ano de 1831.

2.2 A POLÍCIA MILITAR E A SEGURANÇA PÚBLICA

Para uma melhor definição do que é polícia, convém analisar as características de evolução de uma sociedade, uma vez que este conceito apresenta vários sentidos.

Assim, Carvalho (2011) esclarece que:

O termo polícia tem origem em 1971, no ordenamento jurídico da França, onde concomitantemente dividiu a polícia em administrativa e judiciária. Contudo, já em Roma Antiga tínhamos as “polícias”, onde, em virtude de sua natureza, eram divididas em Civita ou militar (CARVALHO, 2011).

Na concepção de Wagner Júnior (2007, p. 135):

Pode-se definir “polícia” como a corporação que engloba aos órgãos e instituições incumbidos da prevenção e repressão à prática de crimes e como órgão responsável por impor o cidadão o respeito às leis e regras sociais, a fim de garantir a manutenção da ordem e da segurança pública (WAGNER JÚNIOR, 2007, p. 135).

Já Reiner (2004, p. 19 apud PEREIRA, 2013, p. 19) diz que “a polícia é como uma corporação de pessoa patrulhando os espaços públicos, munida de um amplo mandato para controlar o crime, manter a ordem”.

A Constituição Federal em seu artigo 144 estabelece que a Segurança Pública seja exercida para preservar a ordem pública e a incolumidade – a segurança - das pessoas e do patrimônio, incluindo a Polícia Militar como órgão competente para tal, nos parágrafos 5º e 6º quando diz que: “Polícias Militares – igualmente vinculadas ao Estado e ao Distrito Federal, subordinadas ao respectivos governadores, cabendo-lhes a função de polícia ostensiva, bem como à preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988).

Assim, durante a análise desse artigo que a dispõe, é importante destacar que a Segurança Pública é dever do Estado, e quando se trata de dever do Estado há uma vinculação jurídica, social e política, uma vez que está vinculado também a um direito e responsabilidade de todos, ou seja, são abordadas circunstâncias importantes dentro de um estudo analítico do direito administrativo e do direito constitucional.

O parágrafo 7º do artigo 144 destaca que a lei vai organizar os órgãos de segurança pública, esta lei até então não existe, mas ocorreu a oportunidade de ser criado em âmbito estadual, uma lei que regulamentasse as polícias civis, porém não foi especificado se seria uma lei federal ou nacional. Uma lei federal alcança apenas a União, já a lei nacional alcança todos os entes federativos (BRASIL, 1988).

A Segurança Pública se trata de um elemento organizacional que trata da estrutura do Estado e da estrutura do poder. Os órgãos de Segurança Pública são divididos em nível federal, estadual e distrital.

2.3 A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Desde a criação da Polícia Militar no Estado de Goiás, houve um crescimento e um desenvolvimento significativo, onde foram criadas novas unidades operacionais na capital e também no interior.

Com o início da militarização polícia, o século XX foi bastante significativo devido as grandes mudanças ocorridas.

Em relação às mudanças ocorridas, Pereira (2013, p. 36) destaca que:

(...) A Polícia Militar sofreu poucas alterações estruturais ao longo de sua história. Por outro lado, seu nome foi modificado diversas vezes. Desde sua efetiva criação em 1809, passou de Guarda Real para Força Policial em 1858; Companhia Policial de Goiás em 1879; Força Policial de Goiás em 1884; depois para Companhia de Polícia de Goiás em 1892; em 1910, recebeu o nome de Batalhão de Polícia de Goiás; em 1930, foi denominada Força Pública Militar de Goiás; em 1935, Polícia Militar de Goiás; 1940 Força Policial de Goiás; 1946 Polícia Militar do Estado de Goiás e, por fim, em 1988, Polícia Militar de Goiás (PEREIRA, 2013, p. 36).

O crescimento do Estado de Goiás, econômico e populacional, fez com que a Polícia se desenvolvesse também. Atualmente, a Polícia Militar atende o Estado de Goiás inteiro com seus agentes e é estruturada para defender através de Comandos Regionais da Polícia Militar e Batalhões e Companhias Independentes, assim, Souza (2002, p. 22 apud PEREIRA, 2013, p. 36) explica que:

A Polícia Militar do Estado de Goiás apresenta-se como uma instituição altamente burocratizada, nas suas divisões e subdivisões, a fim de cumprir com eficácia seus objetivos: promover o policiamento ostensivo e preventivo. Os comandos, unidades e seções que compõem a Polícia Militar do Estado de Goiás formam uma complexa estrutura burocrática de mando e obediência.

(...) um batalhão localizado numa determinada cidade do interior do estado ou mesmo na capital pode possuir companhias ou pelotões em outras cidades vizinhas ou em outros bairros e setores próximos. Todos estes desdobramentos fazem com que haja policiais militares em todas as partes do Estado (SOUZA, 2002, p. 22 apud PEREIRA, 2013, p. 36).

É importante lembrar que a polícia militar vem de um modelo rígido, burocrático e autoritário, o que gerou revolta na sociedade e ainda restam cicatrizes dessas características.

Assim, Pinheiro (1997, p. 47 apud PEREIRA, 2014, p. 84) dispõe:

Historicamente criada para ser o braço armado do Estado, em defesa dos interesses de seus governantes, hoje ainda vive sob a penúria das cicatrizes deixadas pelo autoritarismo presente em sua criação, dentre elas as mais marcantes estão nas suas ações violentas, no seu alto índice de corrupção e na seletividade de que opera, denotando certa ineficiência no seu agir (PINHEIRO, 1997, p. 47 apud PEREIRA, 2014, p. 84).

Essas “cicatrizes” são uma espécie de desconfiança que a sociedade tem em relação à polícia, considerando os vários abusos e autoridades existentes no passado.

2.4 A ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (APM)

A APM se trata do local destinado à formação do futuro policial da Polícia Militar. “A Academia de Polícia Militar (APM) com sede em Goiânia, é responsável pela formação, instrução e aperfeiçoamento de oficiais: aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis” (PEREIRA, 2013, p. 47).

A APM trata do ensino da polícia militar, do ensino das atividades policiais aos novos policiais que estão ingressando na PM.

Simões (2014, p. 379) diz que o ensino policial militar é “a atividade desenvolvida pela corporação com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal a necessária habilitação para a ocupação, em qualquer situação, dos cargos preventivos em sua organização e para o exercício das funções que lhes correspondem”.

Assim, Pereira (2013, p. 43) afirma que este ensino se originou da necessidade da corporação de assimilar técnicas, estratégias e doutrinas capazes de melhorar o desempenho de suas obrigações constitucionais como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. Considerando o que já foi mencionado, que a polícia militar atua como um órgão auxiliar de nível estadual da Segurança Pública.

Cerqueira (2009, p. 41) enfatiza em seu livro sobre a disciplina militar em sala de aula, que “a educação constitui a base das escolas para preparar o aluno responsável e o cidadão de uma sociedade democrática”.

Ou seja, o ensino policial militar tem como fundamento, a capacitação do aluno para encarar os conflitos da sociedade e resolvê-los da melhor maneira possível.

As disciplinas do Curso de Formação de Praças oferecidas para capacitar os novos policiais são: Operações de Choque, Direção Defensiva, Procedimento Operacional Padrão (POP), Educação Física Militar, entre outros.

2.5 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS ALUNOS DO CFP

A educação deve ser estar relacionada com ações o que, depende também de como se ensina. É preciso ensinar as pessoas de modo que elas ganhem uma autonomia, uma vez que o ensino não deve ser um ensino que se insere simplesmente o conhecimento das pessoas, mas sim pessoas que são capazes de lidar com problemas no seu tempo e que adquiram uma capacidade de pensar por si próprio.

Para Oliveira, Toledo e Menezes (2016, p. 31):

A docência é uma atividade que ultrapassa a sala de aula, gerando consequências e significados que perduram na formação do aluno. O profissional que irá atuar em segurança pública, precisa ser preparado para atuar com qualidade, competência e técnica, dentro dos princípios de ética, cidadania e respeito ao estado de direito. Sua formação está diretamente ligada à gestão de conflitos e eventos críticos, em total respeito às instituições de direito (OLIVEIRA; TOLEDO; MENEZES, 2016, p. 31).

No contexto da educação policial, é importante uma identificação entre o a formação policial e o que se pretende com ela, de modo que seja capaz de superar os componentes formativos da subcultura, além de reconhecer as limitações do processo educacional formal dos policiais, bem como pesquisar também a educação formal e informal do policial (BRUNETTA, 2015, p. 13).

A formação intelectual é importante pra que o indivíduo obedeça as normas não porque recebe ordens de alguém hierarquicamente superior, mas por saber que o conteúdo daquelas normas é um conteúdo correto e adequado.

Nesse momento se insere a legitimidade que de acordo com Beetham:

(...) a legitimidade é constituída por três dimensões: consentimento (reconhecimento do direito da autoridade de exercer poder), legalidade (poderes prescritos de acordo com normas e valores sociais) e valores compartilhados (convergência entre objetivos e valores entre as autoridades e aqueles que a elas se submetem) (BEETHAM, 1991 apud ZANETIC; et al, 2016, p. 159).

Ou seja, se refere à obediência pelo que se entende o que está obedecendo, existindo uma adesão ao conteúdo da norma que se obedece. Nesse sentido, a educação necessita ser constantemente pensada, uma vez que ela deve ter uma parte clássica de referências, como também estar a serviço das diferentes funções que se exercem.

2.6 NOVOS PROCEDIMENTOS DE ABORDAGEM POLICIAL E SEUS REFLEXOS

É possível afirmar que a Gestão Pública tem se esforçado constantemente para oferecer uma melhor qualificação para a sociedade e relacionando com as novas ações instituídas para

formar os novos policiais, é possível afirmar que o Estado está pensando no futuro, uma vez formando policiais capacitados estará satisfazendo os interesses da sociedade.

O artigo 2º da Portaria nº 7899 da Polícia Militar que Institui no âmbito da PMGO, o Plano Estratégico 2016-2022 determina que: “O plano tem por objetivo sistematizar as ações da Corporação, focar esforços e melhorar os resultados operacionais e administrativos” (GOIÁS, 2016).

Oliveira, Toledo e Menezes (2016, p. 32) afirmam que:

O processo de ensino e aprendizagem deverá formar um ser humano, profissional, apto a atuar nas áreas de segurança, ordem pública, defesa civil, polícia técnico-científica e investigativa, (desempenhando vários papéis na sociedade) garantindo uma unidade de pensamento e ação junto aos profissionais da segurança pública (OLIVEIRA; TOLEDO; MENEZES, 2016, p. 32).

Na intenção de formar intelectualmente os novos policiais, a Academia de Polícia enfatiza bastante a ética e os direitos humanos o que reflete em vários procedimentos policiais, principalmente na abordagem de um indivíduo.

A abordagem é um procedimento padrão, em que todo cidadão está sujeito a recebe-la. Antes dessa preocupação dos Gestores, em formar o Policial Militar intelectualmente, de modo que ele tenha atitudes mais humanas e cautelosas, a ideia que se tinha era que a polícia militar agia apenas oprimindo o cidadão.

De acordo com Souza e Reis:

A questão da discricionariedade aflige tanto a sociedade quanto os gestores das instituições policiais, porque, se for restringida com a adoção de critérios excessivamente rígidos, pode desencadear problema igualmente preocupante relativo à limitação da capacidade dos policiais para realizar um trabalho eficaz, principalmente no policiamento ostensivo de rotina (SOUZA; REIS, 2014).

Apesar de uma abordagem sob a justificativa da objetivação de um interesse público maior, sua conduta deve ser cuidadosamente limitada, não podendo causar sofrimento desnecessário no indivíduo (SOUZA; REIS, 2014).

Os reflexos dessa formação intelectual mais ética e mais humana resultam em profissionais mais capacitados e até menos estressados, de modo que sua própria qualidade de vida seja melhorada.

3 METODOLOGIA

Considerando os objetivos propostos neste artigo em discorrer sobre as novas ações da Academia de Polícia Militar, de forma a conhece-la, investigando todas as mudanças ocorridas

desde seu surgimento e analisando a contribuição de tais mudanças para o Estado, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa.

Inicialmente, realizou-se uma Revisão de Literatura sobre o assunto, onde coleta de dados se deu através de pesquisas em estudos bibliográficos, periódicos, livros, algumas palestras em vídeos, no próprio site da PMGO e de outros Estados, entre outros. Tendo como embasamento teórico mais importante, Cerqueira (2009) – com o livro *A Disciplina Militar em Sala de Aula*, e Pereira (2012) – com uma dissertação sobre o Ensino na Academia de Polícia Militar num contexto entre 1970 e 2012. E, considerando que não existem muitas abordagens sobre essa temática, a metodologia utilizada neste estudo pode ser considerada como uma pesquisa bibliográfica exploratória, realizada também através de pesquisa de campo e questionário com perguntas abertas e com pessoas que têm experiências práticas com assunto em questão, como forma de estimular uma melhor compreensão.

O questionário será aplicado por e-mail, através das perguntas procurou-se identificar variáveis como a metodologia atual aplicada na formação dos novos soldados praças, a estrutura geral a APM e o pensamento dos alunos em relação à nova atualização. Os entrevistados foram dois alunos soldados da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, aprovados neste último concurso de 2017. Por uma questão ética, os nomes dos alunos foram preservados, e aqui serão chamados de “Entrevistado A” e “Entrevistado B”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das respostas obtidas através do questionário aplicado com os dois alunos, sobre a metodologia atual utilizada pela APM, ambos a consideram importante e de qualidade, assim como também os dois fazem uma comparação com a metodologia anterior e reforçam que são passados bons conteúdos que contribuirão para uma melhor capacitação do agente futuramente.

Em relação à estrutura da APM de maneira geral, ambos apontaram uma mesma qualidade, a boa organização das salas de aula, do auditório, das salas de informática, da biblioteca, dos materiais, enfim. E se tratando dos pontos negativos, foi pontuado, pelos dois entrevistados, uma falta de espaço tanto no alojamento quanto no estacionamento.

A última pergunta foi referente à nova atualização, os entrevistados a consideram bastante positiva, uma vez que beneficiará tanto o aluno em sua formação, quanto à instituição da Polícia Militar.

Diante das respostas obtidas, é possível afirmar que os alunos soldados estão satisfeitos com o que está sendo oferecido pela Academia de Polícia Militar, o que é um ponto positivo em relação às mudanças.

O artigo 2º da Portaria nº 7899 da Polícia Militar que Institui no âmbito da PMGO, o Plano Estratégico 2016-2022 determina que: “O plano tem por objetivo sistematizar as ações da Corporação, focar esforços e melhorar os resultados operacionais e administrativos” (GOIÁS, 2016).

Assim, desse modo fica evidente que a Gestão Pública tem se esforçado constantemente para oferecer uma melhor qualificação para a sociedade e relacionando com as novas ações instituídas para formar os novos policiais, é possível afirmar que o Estado está pensando no futuro, uma vez formando policiais capacitados estará satisfazendo os interesses da sociedade. Cabendo ressaltar também, que formando policiais através dessas novas metodologias, os reflexos serão positivos nas operações dos novos policiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo principal de apresentar a nova metodologia nos cursos de formação, a conclusão é que ainda não existe um conhecimento em relação à nova realidade sobre o trabalho da Polícia Militar, à sua origem, à sua visão moderna de reestruturação dos currículos, em relação à nova metodologia de ensino, que são fundamentais não apenas para a instituição militar, mas para a própria sociedade, considerando que a Polícia é militarizada e a população ainda guarda o resquício de 1964, da Ditadura Militar, de totalitarismo, de abuso de autoridade, e enquanto cidadãos, a expectativa é de que exista de fato uma relação mais humanizada por parte da Polícia, de modo que apresente seu trabalho e suas ações como proteção da sociedade e não como um indivíduo que se aproxima no sentido de constranger.

A história da Polícia Militar se relaciona diretamente com a história do Brasil, uma vez que, assim como a Gestão Pública se deu início a partir da vinda da família real, a Polícia Militar também, surgindo a princípio para proteger a nobreza e o território.

A Polícia Militar de Goiás passou por poucas mudanças estruturais, por sua vez seu nome teve diversas alterações, o que não modificou seu objetivo e sua função de proteger a sociedade.

Hoje em dia, o que se observa é uma sociedade desconfiada, o que não deveria acontecer, uma vez que a polícia está a serviço do povo e pelo povo, entretanto, diante de todo

o contexto histórico que se viveu anteriormente, diante de um tratamento autoritário e rigoroso, traumatizando a população.

Assim, considerando que a Gestão Pública se preocupa em sempre melhorar seus resultados, apresentando eficiência, resolveu então mudar o método de ensino dos novos agentes que ingressam na Polícia Militar, através da Academia de Polícia Militar que é um órgão de apoio para formá-los de maneira diferente do que se via antes.

Diante de todo o exposto, inclusive, do questionário aplicado, é possível concluir que as novas ações da academia podem ser consideradas pontos positivos, uma vez mudando o método passado para os novos policiais, estarão mudando aos poucos a visão que a sociedade tem da Polícia Militar em relação aos medos de opressão entre outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUNETTA, Antônio Alberto. **Formação e Ensino na Polícia Militar: Concepções e Subordinações Políticas; Filiações e Adesões Pedagógicas**. Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em:
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/4712/3443>> Acesso em janeiro de 2018.

CARVALHO, Cláudio Frederico de. **Guarda Municipal: O que você precisa saber sobre a Guarda Municipal e nunca teve a quem perguntar**. 3ª Edição. Curitiba: Edição do Autor, 2011.

CERQUEIRA, Homero de Giorge. **A Disciplina Militar em Sala de Aula**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2009.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de. **Planejamento Estratégico da Polícia Militar: 2016-2022**. Goiânia, 2016. Disponível em:
<http://www.pm.go.gov.br/upload/PLANO_ESTRATEGICO_2016.pdf> Acesso em janeiro de 2018.

PEREIRA, Elio Gomes. **O Ensino na Academia de Polícia Militar em Goiás: Matrizes Curriculares – Mudanças e Permanências 1970 – 2012**. Dissertação de Mestrado em História Cultura e Poder. Goiânia: PUCGO, 2013.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada Militar: Trajetória Histórica e Evolução na Constituição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; REIS, João Francisco Garcia. **A Discricionariedade Policial e os Esteriótipos Suspeitos**. Revista NUFEN, v. 6, n. 1, Belém, 2014. Disponível

em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000100007> Acesso em: janeiro de 2018.

WAGNER JÚNIOR, Luiz Guilherme; et al. **Poder Judiciário e Carreiras Jurídicas**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ZANETIC, André; et al. **Legitimidade da Polícia**. Dossiê: Segurança Pública e Reforma das Polícias na América Latina. Civitas, Porto Alegre, v.16, n. 4, p. 148-173, out-dez, 2016.